

A Comercialização da Safra 1994/95

Brazilio de Araújo Neto(1)

A escassez de alimentos é o maior problema que pode ocorrer para uma economia em fase de estabilização, onde se procura manter o poder de compra da moeda, cortar gastos governamentais, promover o crescimento, melhorar a distribuição de renda e manter superávits no comércio exterior.

Todavia, uma safra abundante também pode ser motivo de preocupação. Existem indicadores de sobra para se acreditar na obtenção de uma grande safra e evidências de que poderá haver problemas na sua comercialização.

A produção anual dos grãos, com a conseqüente concentração da oferta nos meses de colheita e a dispersão do consumo, torna o processo de comercialização mais complexo e abrangente, principalmente quando os mecanismos de financiamento e de garantia de renda aos produtores estão em descompasso com a realidade do mercado.

O fator de desequilíbrio na comercialização da presente safra está relacionado com a **Taxa Referencial - TR**, que corrige os empréstimos de custeio agrícola e não tem contrapartida nos preços mínimos. Por outro lado, os preços de mercado estão estabilizados num patamar inferior aos preços de julho/94, quando a maioria dos contratos foram assinados na modalidade de equivalência-produto. Como agravante, os preços tendem a cair à medida do avanço das colheitas e o conseqüente incremento da oferta.

Além disso, há que se considerar a situação cambial, que estreita ainda mais os adversos caminhos da exportação,

com os notórios obstáculos dos custos de transporte interno e deficiências do sistema portuário.

Para equilibrar o fluxo de comercialização é necessária a existência de um sistema de estocagem eficiente, recursos para financiamento, serviços de classificação etc. O elevado grau de instabilidade dos mercados agrícolas gera a necessidade de mecanismos de formação de preços e de transferência dos riscos como bolsas de mercadorias, mercado futuro, dentre outros, bem como a atuação do setor público através da **Política de Garantia de Preços Mínimos - PGP**M e dos empréstimos federais para a comercialização.

Na atual conjuntura, se nenhuma medida for tomada para reequilibrar os instrumentos de política agrícola, a conseqüência mais evidente será a pressão sobre o orçamento, pois o governo terá que alocar enormes somas de recursos para aquisição de grande parte da produção, que será entregue à CONAB para saldar os débitos de financiamento de custeio na modalidade de equivalência-produto.

Há que se considerar também os problemas operacionais para armazenar os produtos em EGF/AGF, agravados pela situação da rede armazenadora brasileira, havendo regiões produtoras com preocupante déficit na capacidade de armazenagem. Junte-se a isso, os entraves de ordem legal, os custos de remoção e outros problemas burocráticos que têm dificultado o equacionamento da questão do uso inadequado dos armazéns coletores para guardar os produtos em EGF/AGF.

Aquisições maciças de grãos pelo governo não são desejáveis, pois além dos inconvenientes acima enumerados, existe o risco de beneficiar os produtores de modo desigual e injusto: quem não fez financiamento, um significativo contingente de produtores responsável por uma parcela estimada em 40% da produção, terá que enfrentar o mercado e ficar à mercê da flutuação de preços.

O caminho da solução está no diagnóstico realista da situação, analisando os cenários possíveis e no início imediato das negociações.

Com a safra começando a sair das lavouras, é urgente estabelecer as medidas necessárias para evitar rupturas no mercado e também para que o governo não se transforme no maior comprador de commodities do País.

(1) Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB